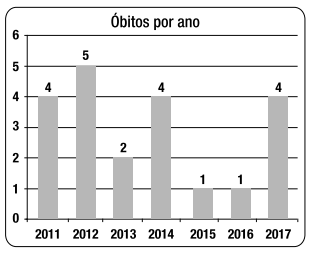
CASA DO MENINO JESUS DE PRAGA

CNPJ nº 89.621.767/0001-41

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

A CASA DO MENINO JESUS DE PRAGA - "Casa", fundada em 06 de janeiro de 1984, é uma associação civil de caráter assistencial filantrópico, de direito privado, que tem como objetivo primordial prestar assistência social filantrópica a crianças com lesão cerebral profunda (encefalopatia crônica) e deficiência motora permanente, oriundas de famílias pobres e desestruturadas, em situação de vulnerabilidade, vindas, principalmente, da região metropolitana de Porto Alegre - RS.

Qualidade de Vida dos Acolhidos:



Os serviços oferecidos pela Casa do Menino Jesus de Praga estão voltados exclusivamente ao atendimento de seus Acolhidos, contando com uma equipe técnica multidisciplinar com especialistas nas áreas de neurologia, pediatria, odontologia, nutrição, enfermagem, farmácia, fonoaudiologia, assistência social, psicologia fisioterapia e terapia ocupacional. Esses profissionais, com o incentivo da Casa, buscam de forma permanente a capacitação nos processos em que atuam, com vistas a melhorar a qualidade de vida e o crescente aumento da expectativa de vida dos nossos Acolhidos, como direito de cidadania e dando-lhes a oportunidade de inserção na comunidade, socialização e a inclusão escolar. Sabe-se que, componentes da vida social contribuem para uma vida com qualidade e são também fundamentais para que se alcance um perfil elevado de saúde, tanto quanto o acesso a serviços médico-assistenciais.

Mesmo conhecendo os grandes riscos envolvidos nas patologias atendidas pela Casa do Menino Jesus de Praga e com todo o empenho da equipe em proporcionar uma qualidade e expectativa de vida elevadas para nossos Acolhidos, em 2017, lamentamos o acontecimento de quatro óbitos. O inverno úmido, característico do nosso estado, e a necessidade de um grande número de hospitalizações, que sempre trazem grandes riscos para os que necessitam deste procedimento, principalmente respiratórios, levaram a esta situação.

Outro agravante á o aumento da idade dos acolhidos, também aumentam os riscos associados, mesmo assim a Casa tem conseguido grandes avanços tanto no tempo de acolhimento como na expectativa de vida. Atualmente a idade média dos Acolhidos é de 21,6 anos e o de acolhimento é de 14,0 anos e, neste indicador tivemos um aumento considerável se levarmos em conta que em 2006, quando passamos a controlar este item, a idade média era de 15,8 anos e o tempo de acolhimento de 10,4 anos. Com a utilização de novas técnicas de tratamento e da capacitação e profissionalização da Equipe Técnica proporcionamos, nestes últimos anos, um crescimento na expectativa de vida de nossos Acolhidos em aproximadamente 6 anos, sempre preservando e ampliando a qualidade de vida dos mesmos.

Gestão Administrativa:

O sucesso de uma organização, em qualquer dos setores da economia, está, entre outros fatores, na implantação e manutenção de um sistema de gestão com o objetivo de melhorar continuamente o seu desempenho. Para tanto, há se considerar, ao mesmo tempo, as necessidades de todas as partes interessadas. Isso inclui, entre outras disciplinas de gestão, a gestão da qualidade e o estabelecimento de controles internos transparentes e sistemáticos. A transparência é um compromisso da Casa do Menino Jesus de Praga. É o resultado da decisão dos Gestores de devolver, ao doador/investidor, o resultado da utilização dos recursos disponibilizados, através de uma comunicação que deve ser entendida claramente por todas as partes interessadas. A transparência é uma demanda presente em toda a sociedade e um exercício da democracia e da cidadania. Os resultados são novas parcerias baseadas na confiança, que determinam a perenidade da instituição e envolvem toda a sua força de trabalho. Ética e transparência tem como fim o resultado social que é a Missão da Casa. A Casa vem mantendo um trabalho constante visando sempre melhorar a qualidade de sua gestão, mostrando a seus parceiros a eficiência e transparência de seu desempenho, fiel às suas políticas e objetivos. A Política da Qualidade é um dos compromissos da Instituição. Neste ano de 2017, mediante alteração estatutária, aprovada pela AGE, de 30 de novembro de 2016, com implantação a partir da eleição e posse da nova Administração, em 26 de abril de 2017, ocorreu a efetiva utilização do novo Sistema de Gestão, a Casa passou a ser administrada por um Comitê Gestor, voluntário, composto por três gestores que atuam nas áreas Financeira, Administrativa e de Atendimento, com decisões colegiadas. Esses Gestores foram eleitos e serão fiscalizados pelo Conselho de Administração, composto por cinco membros, também voluntários. Foram mantidos e modernizados o Conselho Fiscal e o Conselho Consultivo, esse com novas atribuições, entre outras, a de autorizar a prática de atos que impliquem alienar, permutar, onerar bens imóveis da CASA, a aceitação de doações com encargos, tomar quaisquer medidas necessárias para proteger os interesses da CASA, considerando os pareceres do Conselho Fiscal ou fatos comprovados e poderá propor chapa de orientação para a eleição do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Importante informar do caráter de trabalho voluntário de todos os membros da Gestão da Casa.

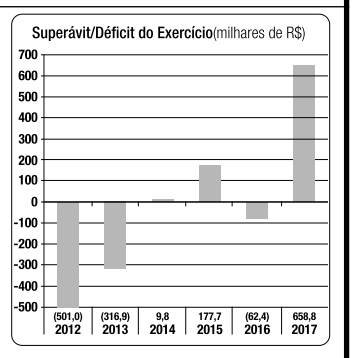
Nova Sede:

Conforme previsto no Planejamento Estratégico da Instituição, continua sendo construída a nova sede, na Rua Nelson Zang nº 420, em terreno cedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre - RS, com área total de 3.910,72 m² e área útil total, edificada, de 4.778 m², com capacidade para acolher um maior número de crianças e adolescentes, distribuídos em amplos, modernos e confortáveis alojamentos. Neste ano de 2017 foram concluídas as obras de infraestrutura e a preparação da Casa para a transferência e hospedagem dos Acolhidos atuais e futuros, com a instalação dos mais modernos equipamentos visando o conforto e o atendimento dos Acolhidos e Colaboradores da Casa. Os investimentos foram sendo desenvolvidos apenas com novos recursos captados da comunidade. Conforme planejado, em 5 de março de 2018, após a conclusão dos Alojamentos 3 e 4, ocorreu a transferência dos Acolhidos e dos serviços da atual sede para a nova sede, com toda a segurança e cuidados necessários. A Casa continua fazendo campanhas de arrecadação, bem como, mantendo uma série de contatos com pessoas físicas, jurídicas e órgãos governamentais, buscando a captação de recursos, em especial via utilização de incentivos fiscais do Imposto de Renda (Programa Funcriança) e utilização de incentivo fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (Lei da Solidariedade). Enfim um sonho de muitos anos realizado. Em virtude da atual situação econômico-financeira do País, optamos por aguardarmos para investir nos novos alojamentos e conclusão definitiva da obra.

Desempenho Consolidado:

a - Superávit/Déficit

As receitas operacionais tiveram um crescimento de 34,0% em relação a 2016, ao passo que as despesas operacionais tiveram um crescimento de 12,3%, no mesmo período comparado. Com isso a Casa apresentou um superávit de R$ 658,8 mil, em 2017 (déficit de R$ 62,4 mil em 2016). Em 2017 a Casa deu sequência ao planejamento para a profissionalização do quadro de funcionários que atuam no atendimento aos Acolhidos e a adequação da remuneração aos pisos das diversas categorias profissionais dos colaboradores, o que provocou um aumento de despesas com pessoal em 16,8% em relação ao exercício de 2016. Deu-se continuidade aos investimentos na divulgação da Casa na mídia, em especial nas redes sociais. Essa divulgação trouxe maior visibilidade para a Instituição, contribuindo, positivamente para o crescimento de 34,0% nas receitas operacionais em relação a 2016, bem como um grande volume de contribuições para a conclusão da obra da nova Sede. As receitas financeiras apresentaram uma queda de 67,4% em relação ao exercício de 2016, em função das maiores necessidades da Casa e da nova sede restringindo em valores consideráveis as aplicações financeiras, a partir do segundo semestre de 2016.

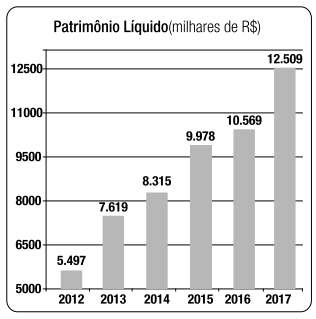


b - Patrimônio Líquido

O patrimônio da Entidade cresceu R$ 1.940 mil, em relação a 2016, em função, principalmente, das doações de R$ 1.281 mil vinculadas à construção da nova sede e do superávit do exercício. Os valores das doações vinculadas foram contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado.

Futuro da Casa

O Conselho de Administração está trabalhando, neste ano de 2018, no planejamento buscando a sustentabilidade e a perenidade da Casa, considerando a situação da nova sede, com alternativas e metas para que se possa ter a segurança da continuidade do atendimento com qualidade para os Acolhidos. A partir do 2º semestre de 2018, nosso planejamento operacional, está prevendo o aumento no número de Acolhidos a serem atendidos, havendo público, passando, até o mês de dezembro de 2018, para no mínimo 44 e no máximo 50 Acolhidos, nossa capacidade de acolhimento disponível atualmente.



Agradecimentos:

Agradecemos a todos os membros do Conselho de Administração, Comitê Gestor, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal, bem como aos Gestores dos Processos Internos e Externos da Casa, aos nossos colaboradores, aos voluntários, associados, doadores, colaboradores, fornecedores, da comunidade em geral e aos órgãos governamentais, pelo apoio que tem proporcionado a Casa do Menino Jesus de Praga, em sua caminhada rumo a excelência de seus serviços, em benefício da melhor qualidade e expectativa de vida de seus Acolhidos.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 *(Em reais)*

Ativo	Nota Explicativa	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8 6.753	87.317
Aplicações financeiras	5	2 13.374	162.436
Recursos vinculados a projetos	6	1 06.397	-
Estoques	7	2 03.033	190.301
Adiantamentos a fornecedores		88.718	46.125
Despesas antecipada		294	599
Outros ativos		53.943	35.429
Devedores por venda de imóvel	8	280.000	-
Total do circulante		1.032.512	522.206
Não circulante			
Depósitos judiciais		-	2 6.139
Aplicações financeiras vinculadas	5	1 76.104	-
Imobilizado	9	11.826.598	10.379.324
Total do ativo não circulante		12.002.702	10.405.463
Total do ativo		**13.035.214**	**10.927.669**

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	2017	2016
Circulante			
Fornecedores		104.321	103.636
Obrigações sociais e trabalhistas	9	3 04.661	218.202
Obrigações tributárias		10.891	5.981
Recursos vinculados a projetos	6	106.397	-
Total do circulante		526.270	327.819
Não circulante			
Provisão para contingências trabalhistas	11	-	31.000
Total não circulante		-	31.000
Patrimônio líquido	12		
Patrimônio social		12.347.114	10.396.230
Ajuste de avaliação patrimonial		161.830	172.619
Total do patrimônio líquido		12.508.944	10.568.849
Total do passivo e do patrimônio líquido		**13.035.214**	**10.927.669**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 *(Em reais)*

	Nota Explicativa	2017	2016
Receitas operacionais	13	**4.950.896**	**3.694.615**
Custos e despesas operacionais			
Despesas com abrigados	15	(1.064.194)	(1.095.733)
Despesas administrativas	16	(597.349)	(603.804)
Despesas com pessoal	17	(2.596.140)	(2.222.456)
Despesas tributárias		(8.948)	(11.723)
Outras receitas/despesas líquidas	14	(30.554)	107.778
Despesas operacionais líquidas		**(4.297.185)**	**(3.825.938)**
Superávit/(déficit) operacional antes do resultado financeiro		**653.711**	**(131.323)**
Resultado financeiro			
Despesas financeiras		(25.831)	(25.771)
Receitas financeiras		30.899	94.691
Resultado financeiro líquido		**5.068**	**68.920**
Superávit/(Déficit) do exercício		**658.779**	**(62.403)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 *(Em reais)*

	Nota Explicativa	Patrimônio Social	Avaliação Patrimonial	Superávits/(déficits) Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016		**9.767.579**	**183.408**	**26.689**	**9.977.676**
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	(10.789)	10.789	-
Défict do exercício		-	-	(62.403)	(62.403)
Doações recebidas para a construção da nova sede	10	653.576	-	-	653.576
Incorporação do déficit ao patrimônio social		(24.925)	-	24.925	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**10.396.230**	**172.619**	**-**	**10.568.849**
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	(10.789)	10.789	-
Superávit do exercício		-	-	658.779	658.779
Doações recebidas para a construção da nova sede e fundo de reserva	10	1.281.316	-	-	1.281.316
Incorporação do superávit ao patrimônio social		669.568	-	(669.568)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017		**12.347.114**	**161.830**	**-**	**12.508.944**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 *(Em reais)*

	Nota explicativa	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Défict)/superávit do exercício		**658.779**	**(62.403)**
Ajustes para:			
Depreciação	16	149.735	134.871
Ganho na alienação de imobilizado		(124.050)	-
Rendimento sobre aplicações financeiras		(30.772)	(93.991)
Provisão para contingências trabalhistas		-	3 1.000
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Estoques		(12.732)	(16.345)
Outras contas a receber		(319.664)	29.771
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		685	12.868
Outras obrigações		197.765	48.114
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		519.746	83.886
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(302.668)	1.188.055
Aquisição de imobilizado		(1.659.958)	(1.958.305)
Venda de imobilizado		161.000	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.801.626)	(770.250)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Doações recebidas vinculadas a imobilizações e fundo de reserva	10	1.281.316	653.576
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		1.281.316	653.576
Redução líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa		(564)	(32.787)
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício		87.317	120.104
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício		86.753	87.317
Redução líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa		**(564)**	**(32.787)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Casa do Menino Jesus de Praga ("Entidade") é uma entidade filantrópica, reconhecida pelo Decreto Federal 50.517/1992, constituída no Brasil, e sua sede está localizada à Rua Nelson Zang, 285, Bairro Intercap, em Porto Alegre - Rio Grande do Sul. A Entidade tem por finalidade promover o bem-estar, a proteção, a assistência e o amparo de crianças desprotegidas, com deficiências cerebrais graves (encefalopatia crônica) e deficiência motora permanente. Por se tratar de Entidade filantrópica usufrui de isenções fiscais e previdenciárias. Em assembleia geral, promovida pela equipe gestora da Casa do Menino Jesus de Praga, foram convocados todos os associados para que deliberassem acerca da mudança no Estatuto Social, a qual se trata da alteração da estrutura de governança da entidade. Portanto a estrutura de governança passa a contar com: Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Consultivo e Comitê Gestor.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: a. Demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (NBC ITG 2002) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da Resolução CFC 1.049/12 aplicáveis a Entidade sem finalidade de lucros. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 19 de abril de 2018.

3. Principais políticas contábeis: a. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. **b. Moeda Funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o numeral mais próximo.**c. Estimativas contábeis:**Na aplicação das políticas contábeis, a Administração de ve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes e são revisadas continuamente. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o prazo de vida útil e valor residual do ativo imobilizado e provisão para riscos trabalhistas. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **d. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos. Os saldos de disponibilidade de caixa e bancos conta movimento são classificados como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. **e. Aplicações financeiras:**Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa no médio e longo prazo, e para investimento. Desta forma, não estão classificados como caixa e equivalentes de caixa. **f. Imobilizado:**Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os custos incorridos na construção do ativo. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos demais ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. Para as demais classes do ativo imobilizado a depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que consiste no custo do ativo deduzido do valor residual. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas abaixo:

- Edifícios 37-59 anos;
- Instalações 10 anos;
- Móveis e utensílios 10 anos;
- Computadores e periféricos 5 anos;
- Veículos 5 anos.

g. Redução ao valor recuperável dos ativos: No fim de cada exercício, a Entidade analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Entidade estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. Se o valor recuperável estimado for menor, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável estimado e uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente em lucros e perdas.**h. Demais ativos circulantes e não circulantes:**São apresentados pelo valor histórico o qual não excede o valor líquido de realização.**i. Pr ovisões:**As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.**j. Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. **k. Reconhecimento das doações, auxílios recebidos e subvenções:** As doações e auxílios recebidos em dinheiro, alimentos e outros e subvenções destinados ao custeio das suas atividades são contabilizadas em contas de receita no momento de seu recebimento. As doações, subvenções e contribuições patrimoniais, inclusive as arrecadadas na constituição da Entidade, são contabilizadas no patrimônio social.**l. Benefícios de curto prazo aos empregados:**Os benefícios de curto prazo concedidos aos empregados da Entidade incluem, a remuneração fixa (salários) e contribuições para a seguridade social (INSS), férias e 13º salário, vide nota explicativa 17 - Despesas com pessoal. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. **m. Instrumentos financeiros:** ***(i) Ativos financeiros não derivativos:*** Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento, ou quando são originados pela Entidade. A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e recursos vinculados a projetos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados no projeto para fazer frente às obrigações do convênio.***(ii) Passivos financeiros não derivativos:*** A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas, será baixado. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores. ***(iii) Instrumentos derivativos:*** A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos e não possuía posição em aberto desses instrumentos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

4. Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão representados conforme abaixo:

	2017	2016
Caixa	4.135	2.467
Banco conta corrente	82.618	84.850
	86.753	87.317

5. Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas:O saldo R$ 213.374 no ativo circulante (R$ 162.436 em 2016) refere-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e quotas de fundos de investimento e estão vinculadas a variação de taxas dos certificados de depósitos interbancários - CDI e a variação das quotas do fundo, mantidas junto ao Banco do Brasil, Banco Santander, Banco Itaú, Caixa Econômica Federal e Banco Banrisul. As aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDB são remuneradas a 100 % da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2017 (100% em 31 de dezembro de 2016). O saldo de R$ 176.104 no ativo não circulante se refere a aplicações financeiras vinculadas, sendo R$ 151.497 vinculadas ao Fundo de Reserva e o montante de R$ 24.607, que está vinculado à obra da nova sede da Entidade, ambos registrados no Patrimônio Social da Entidade. O Fundo de Reserva da Entidade foi aprovado e regulamentado em Assembléia Geral Ordinária, conforme Artigo 31, § XI do Estatuto Social da Entidade, de 30 de novembro de 2016, com a finalidade de garantir a manutenção e o pleno funcionamento da Entidade.

6. Recursos vinculados a projetos: Em 18 de maio de 2017, a Entidade celebrou um con vênio com a Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, objetivando disponibilizar 10 vagas para acolhimento permanente de crianças e adolescentes portadores de deficiências múltiplas. O prazo de vigência e execução do objeto bem como a aplicação dos recursos será de 36 meses, a partir da data do contrato. Para consecução dos objetivos previstos, a Secretaria de Saúde do Estado obriga-se a transferir à Entidade 24 parcelas mensais de R$ 80.000 e 12 parcelas mensais de R$ 90.000, totalizando ao final o montante de R$ 3.000.000. No exercício de 2017, foram recebidos R$ 560.000, dos quais R$ 453.603 foram aplicados no atendimento ao convênio. Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade possui o montante de R$ 106.397 em aplicações financeiras no ativo e a contra partida da obrigação, reconhecida em seu passivo, vinculadas a este convênio.

7. Estoques: Os saldos de estoques estão representados conforme abaixo:

	2017	2016
Alimentos não perecíveis	9.948	9.576
Alimentos especiais	24.043	34.661
Fraldas/absorventes	41.236	27.835
Materiais e utensílios descartáveis	51.897	27.148
Material de limpeza	12.397	10.335
Medicamentos	63.512	80.746
	203.033	190.301

8. Devedores por venda de imóvel:O valor de R$ 280 mil constante na linha de "Devedores por venda de imóvel", refere-se à venda do imóvel situado à Rua Cleveland nº 101, de propriedade da Entidade, conforme contrato de compra e venda de imóvel e outras avenças, celebrado em 11 de setembro de 2017. A liquidação desse valor ocorreu no dia 21 de fevereiro de 2018.

9. Imobilizado:O saldo do ativo imobilizado está assim composto:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	230.000	-	2 30.000	230.000	-	2 30.000
Edificações	2.554.000	(417.561)	2.136.439	2.586.698	(326.380)	2.260.318
Máquinas e equipamentos	209.144	(143.783)	65.361	205.989	(131.348)	74.641
Equipamentos de informática	82.031	(33.069)	48.962	37.618	(27.314)	10.304
Móveis e utensílios	53.074	(47.237)	5.837	53.074	(45.651)	7.423
Veículos	181.799	(68.302)	113.497	195.799	(60.751)	135.048
Imobilizado em andamento	9.226.502	-	9.226.502	7.661.590	-	7.661.590
	12.536.550	(709.952)	11.826.598	10.970.768	(591.444)	10.379.324

Movimentação no ativo imobilizado

Custo líquido	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2017
Terrenos	230.000	-	-	-	2 30.000
Edificações	2.260.318	-	(32.698)	(91.181)	2.136.439
Máquinas e equipamentos	74.641	3.155	-	(12.435)	65.361
Equipamentos de informática	10.304	44.413	-	(5.755)	48.962
Móveis e utensílios	7.423	-	-	(1.586)	5.837
Veículos	135.048	6.000	(20.000)	(7.551)	113.497
Imobilizado em andamento	7.661.590	1.564.912	-	-	9.226.502
	10.379.324	1.618.480	(52.698)	(118.508)	11.826.598

Custo líquido	Saldos em 31/12/2015	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2016
Terrenos	230.000	-	-	230.000
Edificações	2.364.025	-	(103.707)	2.260.318
Máquinas e equipamentos	62.129	26.143	(13.631)	74.641
Equipamentos de informática	13.342	-	(3.038)	10.304
Móveis e utensílios	12.731	-	(5.308)	7.423
Veículos	13.201	131.263	(9.416)	135.048
Imobilizado em andamento	5.860.691	1.800.899	-	7.661.590
	8.556.119	1.958.305	(135.100)	10.379.324

Edificações: Em 19 de março de 2013, a Entidade, e outras nove entidades beneficentes, receberam em doação 1/20 avos do imóvel situado na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201, Bairro Jardim de Carvalho, conforme Escritura Pública transmitida por J.M. Imóveis Ltda., cujo valor de avaliação correspondente a Entidade, foi de R$ 2.000.000, o que aumentou o valor do imobilizado e consequentemente o patrimônio social de forma significativa nos exercícios anteriores. Conforme termos da Escritura Definitiva, o imóvel doado possui cláusulas restritivas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade, e a Entidade passou a usufruir dos valores dos aluguéis correspondentes a partir de 15 de setembro de 2015, sendo que até essa data todas as obrigações relativas ao imóvel foram atendidas pelo doador.**Imobilizações em andamento:**As adições do período no valor de R$ 1.564.912, contemplam os montantes recebidos de doações vinculadas descritas na nota explicativa 10 e outros investimentos realizados com recursos próprios. Conforme previsto no Planejamento Estratégico da Entidade, a construção da nova sede, na Rua Nelson Zang nº. 420 continua em andamento. No ano de 2017, foram concluídas as obras de infraestrutura e a

continua

continuação CASA DO MENINO JESUS DE PRAGA

preparação para transferência e hospedagem dos acolhidos. Em 05 março de 2018, após a conclusão dos alojamentos, ocorreu a transferência dos acolhidos e dos serviços da atual sede para a nova sede.

10. Obrigações sociais e trabalhistas: Durante o ano de 2017 e 2016, a composição destas obrigações foram como segue:

Descrição:	2017	2016
Honorários a pagar	615	-
INSS a Recolher - Folha Pgto	16.666	8.933
FGTS a Pagar	22.837	17.453
Contribuição Sindical/Assistencial a recolher	124	73
INSS a Recolher - Serv. Terceiros PF/PJ	538	4.489
Provisões de férias	263.881	187.254
Total	304.661	218.202

11. Doações vinculadas: As doações recebidas para a construção da no va sede e para o fundo de reserva, conforme descrito na nota explicativa 5 foram registradas no patrimônio social. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as doações recebidas para a construção da nova sede foram de R$ 1.129.819 e R$ 653.576, respectivamente e para o Fundo de reserva foram de R$ 151.497, ambas registradas no patrimônio social. Os montantes dos recursos aplicados para a construção da nova sede estão demonstrados na nota explicativa 8.

12. Provisão para contingências:A Entidade possui processos administrativos em andamento referente a causas trabalhistas e causas cíveis, para os quais, baseada na opinião de seus assessores jurídicos e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foram registradas provisões para riscos em função dos mesmos terem sido classificados com probabilidade de perda possível, no montante de R$ 1.120 para causas cíveis (R$ 1.120 em 31 de dezembro de 2016), e R$ 24.000 para causas trabalhistas. Os valores das causas trabalhistas classificadas como perda provável em 2017 totalizam R$ 5.000 (R$ 31.000 em 31 de dezembro de 2016), para os quais a Entidade possui depósito judicial no montante de R$ 5.000.

13. Patrimônio líquido: a. Patrimônio social: Compreende o patrimônio social inicial acrescido dos valores dos superávits e/ou déficits, doações de imóveis, doações vinculadas à construção da nova sede e saldo do custo atribuído que vem sendo realizado através do lançamento na conta de realização de ajuste de avaliação patrimonial. A Entidade não distribui qualquer parcela de seus resultados e não remunera sua Diretoria a qualquer título ou pretexto.**b. Ajuste de avaliação patrimonial:** Refere-se a reavaliação de dois imóveis e de uma gleba urbana de propriedade da Entidade, classificados nas rubricas edificações e terrenos. A referida reavaliação foi efetuada de forma voluntária pela empresa SETAE - Serviços Técnicos de Avaliações e Engenharia Ltda., que emitiu laudo de avaliação datado de 31 de dezembro de 2007. Em 30 de março de 2012, houve a venda de um dos imóveis, sendo baixada parte do ajuste de avaliação patrimonial referente a esse imóvel.

14. Receitas operacionais: As doações, auxílios e subvenções recebidas apresentadas na demonstração da apuração do superávit ou déficit são originados de doações e auxílios recebidos em dinheiro, alimentos e outros, e subvenções destinadas ao custeio das suas atividades e foram aplicados em suas finalidades institucionais, previstas em seu estatuto. A Entidade não cobra para abrigar e manter as crianças. Durante o ano de 2017 e 2016, a composição destas receitas foram como segue:

Descrição		2017	2016
Doações diversas	(A)	2.810.874	2.221.247
Doações CMDCA	(B)	641.138	518.143
Doações legionários	(C)	201.482	141.978
Subvenções do INSS	(D)	395.503	419.532
Convênio FASC	(E)	151.255	140.278
Trabalho voluntário	(F)	210.241	134.837
Doações CEDICA	(G)	-	6 0.000
Convênio Prefeituras	(H)	47.700	38.600
Convênio S.E.S.	(I)	457.703	-
Convênio STAS	(J)	35.000	20.000
Total		4.950.896	3.694.615

(A) As doações diversas são receitas sazonais que não se enquadram em nenhuma das outras classificações, dentre estas estão às doações resultantes de processos de inventários; (B) As doações CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - são receitas proveniente do programa Federal (Funcriança) pelo qual as pessoas físicas, que declaram o Imposto de Renda pelo modelo completo ou jurídicas, que estão enquadradas no regime do lucro real, podem fazer doações e abatê-las diretamente no Imposto de Renda devido; (C) As doações dos legionários são receitas provenientes de doações recebidas por pessoas físicas ou jurídicas diretamente na casa ou através de depósitos em conta corrente; (D) As subvenções do INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social - são receitas provenientes do benefício do INSS que corresponde a um salário mínimo por criança; (E) As doações FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania são receitas provenientes do programa do governo Municipal e Federal que visa atender pessoas com deficiências. O benefício ocorre através de um valor estipulado por crianças; (F) Os trabalhos voluntários foram reconhecidos pelo valor justo da prestação do serviço; (G) As doações CEDICA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - são receitas provenientes do programa Federal (Funcriança) pelo o qual as pessoas físicas, que declaram Imposto de Renda pelo modelo completo, ou jurídicas que estão enquadradas no regime de lucro real, podem fazer doações e abatê-las diretamente do Imposto de Renda devido; (H) Convênio com Prefeitura de Três Coroas - RS referente atendimento de acolhido; (I) Convênio Secretaria Estadual da Saúde; (J) Convênio STAS (Secretaria do Trabalho e Assistencia Social) - Programa Nota Fiscal Gaúcha.

15. Outras receitas e despesas líquidas: Durante os anos de 2017 e 2016 a composição destas receitas foram como segue:

	2017	2016
Receitas de aluguéis	238.007	244.272
Despesa com trabalho voluntário (a)	(210.241)	(134.837)
Custo na venda de imobilizado	(36.950)	-
Outras despesas	(21.370)	(1.655)
Outras receitas/despesas líquidas	(30.554)	107.778

(a) As despesas com voluntários referem-se basicamente à despesas com alimentação, vestuário e materiais necessários para cuidado dos abrigados.

16. Despesas com abrigados: Durante os anos de 2017 e 2016 a composição de despesas com os abrigados foram como segue:

	2017	2016
Despesas com alimentação	327.524	290.681
Despesas médicas, ambulatoriais e correlatas	446.090	514.095
Despesas com material de higiene e limpeza	165.894	156.914
Despesas com educação	38.150	39.411
Despesas com transporte	24.147	25.585
Outros	62.389	69.047
	1.064.194	1.095.733

O total das despesas com abrigados abrange todos os tipos de gastos necessários para manter o bem-estar das crianças cuidadas pela entidade, desde alimentação às despesas com a estrutura da Entidade.

17. Despesas administrativas: Durante os anos de 2017 e 2016 a composição de despesas administrativas foram como segue:

	2017	2016
Despesas com utilidades	74.386	77.017
Despesas com manutenção e conservação	40.013	42.925
Despesas com divulgação/comunicação	121.509	148.534
Despesas com correspondência	15.911	19.660
Despesas com combustíveis/lubrificantes	9.601	9.710
Despesas com serviços de terceiros	120.280	90.770
Comissões pagas	-	1 8.000
Despesas com depreciação/amortização	149.735	137.245
Outros	65.914	59.943
	597.349	603.804

18. Despesas com pessoal: Durante os anos de 2017 e 2016 a composição de despesas com pessoal forma como segue:

	2017	2016
Despesas com sálarios	1.731.740	1.389.284
Despesas com férias e 13º salário	393.330	328.386
Despesas com benefícios	161.399	140.824
Despesas com rescisões e indenizações	138.090	120.221
FGTS	173.106	179.342
Provisões trabalhistas	(26.000)	31.000
Outros	24.475	33.399
	2.596.140	2.222.456

19. Instrumentos financeiros: Gerenciamento dos riscos financeiros: ***Visão geral:*** A Entidade possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos acima, os objetivos da Entidade, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do Patrimônio Social da Entidade. ***Estrutura de gerenciamento de risco:*** O Conselho Administração da Entidade tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. ***Riscos de crédito:*** Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente dos instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. ***Exposição a riscos de crédito:*** O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período de relatório foi:

	Valor contábil	
	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	86.753	87.317
Aplicações financeiras	213.374	162.436
Recursos vinculados a projetos	106.397	-
Aplicações financeiras vinculadas	176.104	-
Total	582.628	249.753

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. A Entidade possui obrigações com fornecedores, as quais possuem liquidações estipuladas dentro dos próximos doze meses. Em 31 de dezembro de 2017 o montante era de R$ 104.321(103.636 em 31 de dezembro de 2016).

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos ganhos da Entidade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Ao final do período de relatório, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros como reportado à Administração da Entidade era:

	Valor contábil	
	2017	2016
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	86.753	87.317
Aplicações financeiras	213.374	162.436
Recursos vinculados a projetos	106.397	-
Aplicações financeiras vinculadas	176.104	-
Total de ativos financeiros	**582.628**	**249.753**
Passivo financeiros		
Fornecedores	(104.321)	(103.636)
Total de passivos financeiros	**(104.321)**	**(103.636)**

	Valor contábil	
	2017	2016
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	104.321	103.636
Ativos financeiros	86.753	87.317
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	495.875	162.436

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável: Uma alteração de 1 (um) ponto percentual na base na taxa de juros CDI, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio social e o superávit do exercício sobre o saldo de juros não liquidado de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes:

2017

	Superávit ou (déficit) do exercício e Patrimônio Social	
	1 p.p. diminuição	1 p.p. aumento
Instrumentos de taxa variável	4.006	(4.006)
Resultado líquido	**4.006**	**(4.006)**

Classificações contábeis e valores justos: ***Valor justo contra valor contábil:*** O justo valor dos ativos e passivos financeiros divulgados nas demonstrações financeiras representam a melhor estimativa de valor justo para esses ativos e passivos.

20. Seguros:A Entidade mantém seguros para os veículos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros:

Modalidade	Importância segurada
Sinistro sobre veículos	100% tabela FIPE

DIRETORIA

Flavio Gil Victoria de Oliveira	Jorge Massaharu Tamajusuku	Jaqueline Carneiro Pesce	Lucia Regina Faleiro Carvalho
CPF nº 242.698.960-87	CPF nº 618.614.138-15	CPF nº 518.210.010-87	CPF nº 516.516.610-49 - Contadora CRC-RS nº 054.895/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores da
Casa do Menino Jesus de Praga
Porto Alegre - RS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Casa do Menino Jesus de Praga "Entidade", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Casa do Menino Jesus de Praga em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.k e 11, as doações e auxílios recebidos em dinheiro, alimentos e subvenções destinados ao custeio das atividades da Entidade são contabilizadas em contas de receitas no momento de seu recebimento, enquanto as doações, subvenções e contribuições patrimoniais são contabilizadas diretamente no patrimônio líquido, na rubrica de patrimônio social. Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade reconheceu o montante de R$ 1.281.316 (R$ 653.576 em 2016) como doações patrimoniais diretamente no patrimônio líquido. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros determinam que essas doações devem ser reconhecidas no resultado do exercício. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2017, o valor apresentado como receitas com doações recebidas e o resultado do exercício apresentam-se diminuídos em R$1.281.316 (R$ 653.576 em 2016).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 19 de abril de 2018

KPMG

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC SP-023228/F-5

Felipe Brutti da Silva
Contador CRC RS-083891/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Casa do Menino Jesus de Praga, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Entidade, elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e aprovados em reunião de Diretoria da Entidade.

Com base nos exames efetuados por ocasião das Reuniões do Conselho Fiscal (preliminar de 19/06/2017 e reunião final de 19/04/2018), no relatório da KPMG Assurance Services Ltda., bem como nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício por parte da Administração da Entidade, este Conselho opina que os referidos documentos refletem a situação econômico-financeira da Casa do Menino Jesus de Praga em 31 de dezembro de 2017 e estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Associados.

Porto Alegre, 19 de abril de 2018.

Gilberto Monticelli
Valmir Dasso Fernandes
Osvandir Gaspar